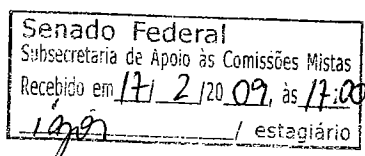


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 458,
(DO SR. SARNEY FILHO)



Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs. 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro de 1986, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte § 1º ao art. 22 da Medida Provisória nº 458, de 2009, renumerando-se os demais:

"Art. 22.

.....
§ 1º Considera-se população de baixa renda, aquela constituída por famílias, cuja renda familiar seja de:

- a) per capita de até meio salário mínimo, ou
- b) até três salários mínimos.

§ 2º

§ 3º"

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta visa dar clareza ao que vem a ser população de baixa renda.

Assim, considerando que o Poder Executivo já tem definido no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o conceito sobre família de



baixa renda, nada mais justo trazer tal definição para o bojo desta Medida Provisória, a fim de aprimorar o seu conteúdo.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2009.

Dep.  SARNEY FILHO
PV/MA

